Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília **Class.:** 210

Data: 21/01/81 **Pg.:**

190 A criação do Parque Yanomami

A regulamentação da lavra de minérios em área indígena "é um passo a mais para a criação do Parque Yanomami", justificou ontem o ministro Mario Andreazza, explicando que os estudos para a criação do Parque estão em fase final. O ministro não quis marcar datas, mas tanto no Ministério do Interior como na Funai os assessores afirmam que o parque sairá neste primeiro semestre.

Com a regulamentação da lavra de minérios em território indígena, afasta-se um problema entre o Estatuto do Índio e os setores interessados na concessão de alvarás para mineração, uma vez que o Estatuto do Índio só permite o garimpo e faiscação pelos próprios índios. Com a regulamentação, feita através da portaria assinada entre o ministério do Interior e das Minas e Energia e já em vigor, as empresas estatais poderão lavrar minérios considerados estratégicos ou de interesse nacional dentro das áreas indígenas. A proibição de pesquisa e lavra de minérios em área indígena era o maior obstáculo para a criação do Parque Yanomami.

PRÓXIMO

O anúncio da criação do Parque deverá ser feito nos próximos meses. De acordo com assessores do Ministério do Interior, o ministro Andreazza vai anunciar a medida em Roraima na sua próxima viagem, mas o ministro não confirma as informações. "Não sei se vai ser agora em fevereiro", disse ele.

As duas últimas propostas para a criação do parque foram entregues à Funai entre junho de 1979 e agosto de 1980. A proposta da Comissão de Criação do Parque Yanomami sugere uma área de 6.446.200 hectares. Posteriormente a Funai pediu novos estudos para a criação do parque aumentando a área para 10.095.945 hectares. Esta última proposta inclui todas as malocas indígenas dos yanomami, enquanto a proposta da comissão de criação do parque deixou de fora algumas malocas.

A maior concentração de yanomami, a Serra dos Surucucus, em Roraima, é rica em minerais estratégicos, entre eles o urânio e bauxita. Nem a Funai nem o Ministério do Interior informam qual a proposta a ser escolhida e as providências para a área de Surucucus, onde a Docegeo já fez pesquisas.